

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT07.002

O PATRIARCADO, A INVISIBILIZAÇÃO E O APAGAMENTO DA MULHER NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Walter Rodrigues Marques¹

RESUMO

O patriarcado heteronormativo foi o maior sucesso da humanidade até hoje. A invisibilização daqueles que não são espelhos desse biotipo, o resultado notável desse empreendimento. Não é apenas nascer no sexo masculino, mas ser macho nos padrões heteronormativos - há uma forma de ser macho. Todavia, uma mulher que se identifica com esse padrão, não recebe tal tratamento. Assim, o que se desprende é que ou se nasce no sexo masculino e segue-se o padrão heteronormativo ou aceita as consequências da sociedade patriarcal. A *mimese* só é válida para os machos heterossexuais. Mulheres, hetero ou homossexuais, assim como homens homossexuais são consideradas abjetas. Portanto, concorda-se com Simone de Beauvoir e Judith Butler, de que não se nasce mulher, torna-se (Beauvoir) e, seguindo a perspectiva de Butler, advoga-se que os padrões hetero/homo são projetos do patriarcado. O enredo serviu para ilustrar a invisibilização da princesa portuguesa Maria Isabel de Bragança, irmã de D. Pedro I no Brasil e IV, em Portugal, filha de D. João VI e Dona Carlota Joaquina, que casou-se com o rei da Espanha, D. Fernando VII (irmão de Carlota Joaquina). Tal invisibilização se deu no fato de

1. Doutorando em Educação - Universidade de São Paulo (USP). E-mail: waltermarques@usp.br; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Pesquisa: indígenas e o contato; educação em museus; arte/educação; arqueologia/antropologia; cerâmica; artes visuais; tecnologias na educação.

a princesa portuguesa, então rainha da Espanha de 1816 a 1818, ter criado o Museu do Prado e O Guia do Prado (1ª ed. 2010 e a 6ª rev. 2019), mencionar que foi o rei que o criou. Partindo desse fato, objetiva-se comparar, por recorte temporal, como a Europa e o Brasil lidam com gênero e sexualidade. A pesquisa consiste numa revisão de literatura, destacando a invisibilização de minorias sociais como mulheres, LGBTQIAP+, negros, indígenas e *Outros* invisibilizados. A literatura revela que na Europa e Brasil, a representatividade é majoritariamente branca, masculina, heteronormativa e, são tratadas em ambas as realidades, de forma equidistantes, com ligeiro avanço para o Brasil.

Palavras-chave: Patriarcado e poder, Invisibilização e apagamento, Homossexualidade e heterossexualidade, Corpos abjetos, Gênero e sexualidade.

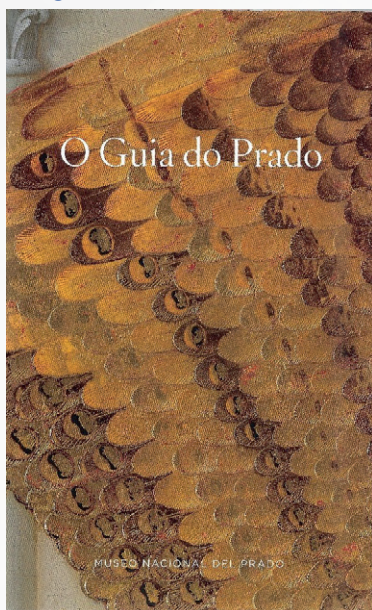
INTRODUÇÃO

O patriarcado heteronormativo pode ser considerado, sob a ótica da sociologia e da teoria crítica, o maior empreendimento de sucesso da humanidade em termos de arquitetura social de poder e controle. Essa estrutura, consolidada historicamente, não apenas estabelece a primazia do masculino, mas também define um padrão rígido de ser: o macho nos padrões heteronormativos. O resultado mais notável e perverso desse empreendimento é a sistemática invisibilização e o apagamento daqueles que não se espelham nesse biotipo socialmente imposto.

Essa invisibilidade atinge a mulher, independentemente de sua orientação sexual, e o homem que não se alinha ao padrão heterossexual. A *mimese* da masculinidade é, ironicamente, válida exclusivamente para os machos heterossexuais. Mulheres, tanto heterossexuais quanto homossexuais, bem como homens homossexuais, são relegados à condição de corpos abjetos, existências cujas contribuições e narrativas são consideradas descartáveis ou não-cidadãs.

Este artigo teórico se fundamenta na compreensão de que as categorias de gênero e sexualidade são construções sociais profundamente enraizadas na lógica patriarcal. Concordamos com Simone de Beauvoir (2014) ao afirmar que não se nasce mulher, torna-se, e avançamos com Judith Butler (1993) para advogar que os próprios padrões binários de hetero/homossexualidade não são naturais, mas sim projetos do patriarcado destinados à manutenção da ordem e do poder. Para ilustrar a mecânica desse apagamento na escrita da História, utiliza-se o enredo da Princesa portuguesa Maria Isabel de Bragança (irmã de D. Pedro I), cuja contribuição fundamental para a criação do Museu do Prado, entre 1816 e 1818, foi historicamente invisibilizada e creditada ao seu marido, o Rei da Espanha, D. Fernando VII. Destacamos abaixo, capa do Guia.

Figura 1 – O Guia do Prado



Fonte: fotografia do autor (2025)

Partindo desse fato histórico de recorte temporal específico, o objetivo deste trabalho é comparar a forma como a Europa e o Brasil, em suas realidades contemporâneas, têm lidado com as questões de gênero e sexualidade, por meio da análise de representatividade.

METODOLOGIA

A pesquisa consiste numa revisão de literatura de caráter teórico-explicativo, com o intuito de construir o arcabouço conceitual que sustenta as discussões sobre o patriarcado, o poder e a construção social do gênero e da sexualidade. O estudo utiliza a análise crítica das obras de teóricos fundamentais como Simone de Beauvoir e Judith Butler, articulando seus conceitos centrais (gênero construído, heteronormatividade compulsória e abjeção de corpos) para desvelar o mecanismo de invisibilização histórica. O recorte empírico do Museu do Prado serve como fato ilustrativo para contextualizar a análise. O levantamento bibliográfico destaca a invisibilização não apenas de mulheres, mas de minorias sociais de forma

interseccional, como a comunidade LGBTQIAP+, pessoas negras, indígenas e outros grupos marginalizados.

A HETERONORMATIVIDADE COMO PROJETO PATRIARCAL E O GÊNERO COMO PERFORMANCE

A premissa do patriarcado, de que o sexo masculino é o eixo central da sociedade, exige a conformação a um ideal de masculinidade hegemônica. Essa conformação não é meramente biológica, mas performática. A sociedade patriarcal cria um conjunto de regras (o padrão heteronormativo) que define o “macho ideal”. Quem performa fora desse padrão é punido, seja homem homossexual ou mulher, pois quebram a regra da *mimese* exclusiva (Butler, 1993).

A teoria do gênero, nesse contexto, é a chave para a desconstrução. Ao postular que o gênero é uma construção social e uma performance repetida (Butler, 1993), fica evidente que a binariedade e a heterossexualidade compulsória são ferramentas de poder. O sistema não apenas nega a possibilidade de “se tornar” algo diferente do que lhe foi imposto (Beauvoir, 2014), como também classifica identidades dissidentes como corpos abjetos – aqueles que são sistematicamente expelidos da zona de inteligibilidade cultural e da história oficial. O sucesso do patriarcado reside justamente nessa capacidade de naturalizar o que é socialmente construído, tornando o desvio uma patologia ou uma inexistência.

COLONIALIDADE DO GÊNERO E A INTERSECCIONALIDADE DO APAGAMENTO

Para expandir o campo teórico, é imperativo analisar a invisibilização sob a ótica da interseccionalidade (Crenshaw, 1989) e da colonialidade do gênero (Lugones, 2008). O patriarcado não atua de forma homogênea; ele se alia a outras estruturas de dominação, como o racismo, o classismo e o colonialismo. A experiência de apagamento de uma mulher branca,

como Maria Isabel de Bragança, é distinta, mas similar em seu mecanismo, à invisibilização histórica de mulheres negras, indígenas ou trans.

Podemos destacar os casos de mulheres negras (Dandara, Tereza de Benguela, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez) e a discussão sobre a invisibilidade dos povos indígenas.

A interseccionalidade (Crenshaw, 1989) e a colonialidade (Quijano e Mignolo) demonstram que o apagamento é mais violento quanto mais distantes da norma (branco, masculino, heterossexual) se encontram os sujeitos.

A análise se aprofunda ao incorporar a colonialidade do gênero (Lugones, 2008), que expõe como o racismo e o machismo se cruzam para negar a agência e o intelecto de corpos não-brancos. No Brasil, o epistemicídio (Carneiro, 2018) é a arma contra as intelectuais negras. A genialidade literária de Maria Firmina dos Reis (2004) e a crítica social de Carolina Maria de Jesus (1960) foram relegadas à margem do *cânone*, assim como a teoria política de Lélia Gonzalez (1984), que desvendou a “Amefricanidade” e o “pretuguês”.

Este apagamento se estende às líderes. A invisibilização de guerreiras como Dandara dos Palmares (1994) e a de líderes quilombolas como a Rainha Tereza de Benguela demonstra o esforço da historiografia patriarcal em apagar o protagonismo feminino na resistência à escravidão. Finalmente, a invisibilidade dos povos indígenas (Krenak, 2023) é uma tática secular que, ao retratá-los como ahistóricos (Gomes, 2015), busca justificar a apropriação de suas terras e a negação de seus direitos.

Este mesmo mecanismo de produção de “corpos abjetos” e de apagamento é confrontado, no entanto, por uma práxis de resistência decolonial. Se a historiografia patriarcal apaga a autoria de Maria Isabel de Bragança, a resistência contemporânea retifica a história oficial imposta pelo Estado. Em um contraponto direto, o ensaio visual “Cartografias do Corpo Trans na Cidade” documenta o ato de Jhenny, uma travesti, de queimar o documento de identidade que “não lhe representa”. Este ato simbólico de “morte e ressurreição”, que ela define como “eu matei ele:

retificação da travesti”, é a inversão direta do apagamento histórico: é a recusa da narrativa estatal (patriarcal) para afirmar a própria existência. Esta performance de “autodeterminação como estrutura”, que ecoa o manifesto “Yo soy mía, yo me transformo”, é a própria teoria da performance de Butler usada como ferramenta para exercer o “direito de cidadã que é usufruir dos espaços citadinos” e confrontar a invisibilidade. O ensaio faz o seguinte destaque:

Este ensaio visual tem como tema a representação e/ou autor-representação, uma vez que as fotografias dispostas abaixo foram cedidas pela trans Jhenny, radicada no município de Santa Inês, no Maranhão. Jhenny, como tantas pessoas LGBTQIAPN+, passou por um processo doloroso de aceitação social, ainda que desde cedo já tivesse convicção de quem era. A sociedade heteronormativa/patriarcal é cruel em seu julgamento – não deixa passar sem dor, o processo de reconhecimento da condição de pessoa das LGBTQIAPN+ (Marques, 2025, p. 2).

Esta revisão de literatura aponta para a invisibilização das minorias sociais (mulheres, LGBTQIAP+, negros, indígenas) de forma cruzada. O apagamento na escrita da história é mais violento quanto mais distantes da norma (branco, masculino, heterossexual) se encontram os sujeitos. O caso de Maria Isabel de Bragança é emblemático de como o poder formal (o rei) se sobrepõe ao mérito (a rainha fundadora do Museu do Prado), confirmando a máxima de que o poder patriarcal tem a capacidade de reescrever a memória em seu próprio favor, silenciando feitos femininos de relevância histórica.

Abaixo apresentamos exemplos que servem como evidência de que a invisibilização não é apenas uma questão de raça, mas de gênero estrutural (o “Efeito Matilda”). Eles ilustram como a própria produção do conhecimento e da arte é controlada pelo padrão heteronormativo, negando a autoria feminina mesmo em um contexto de elite (branca).

O mecanismo de apagamento se manifesta até mesmo nos mais altos patamares da ciência, em um fenômeno conhecido como “Efeito Matilda” (Rossiter, 1994). O caso da biofísica Rosalind Franklin (1958), cujos dados foram cruciais para a descoberta da dupla hélice do DNA por

homens, e de Mileva Marić, potencial coautora silenciada das pesquisas de Einstein, conforme Popović (2003), comprovam que o patriarcado não hesita em aniquilar o mérito e a autoria feminina para preservar a hegemonia masculina do saber.

Não se deve esquecer do caso da invisibilização de Marie Curie que mesmo sendo aclamada em 1903 e 1911, e sendo a única pessoa a receber o Prêmio Nobel em duas ciências diferentes (Física e Química), não escapou do mecanismo patriarcal de invisibilização. No primeiro Nobel de Física, em 1903, a Academia Sueca inicialmente planejou laurear apenas seu marido, Pierre Curie, e Henri Becquerel, tratando Marie como uma mera assistente de pesquisa – uma decisão que só foi revista após a indignação de Pierre, forçando a inclusão de seu nome. Esse tratamento condescendente não cessou; anos depois, a cientista teve seu ingresso na prestigiada Academia Francesa de Ciências vetado por uma combinação de discriminação de gênero e xenofobia (Curie, 1976), evidenciando que nem mesmo o reconhecimento internacional mais elevado é suficiente para dismantelar a estrutura que tenta negar a autoria e o brilhantismo das mulheres na história da ciência.

No Primeiro Prêmio Nobel (Física - 1903), Marie Curie, Pierre Curie e Henri Becquerel foram laureados com o Prêmio Nobel de Física. A premiação ocorreu em reconhecimento aos seus trabalhos conjuntos sobre o fenômeno da radioatividade, descoberto por Becquerel.

Contexto de Invisibilização: inicialmente, a Academia Sueca das Ciências pretendia premiar apenas Pierre Curie e Henri Becquerel. Foi a intervenção de Pierre, recusando-se a aceitar o prêmio sem o devido reconhecimento à sua esposa e principal pesquisadora do tema, que forçou a Academia a incluir o nome de Marie Curie na premiação (Curie, 1976).

O Segundo Prêmio Nobel (Química - 1911): Marie Curie foi laureada, sozinha, com o Prêmio Nobel de Química. Este prêmio foi-lhe concedido em reconhecimento pela sua descoberta dos elementos químicos Rádio e Polônio, pelo isolamento do rádio e pelos seus estudos sobre a natureza e compostos deste notável elemento. Com esta conquista, Marie Curie

tornou-se a primeira pessoa na história a receber dois Prêmios Nobel em diferentes campos científicos (Física e Química), cimentando o seu lugar como uma das maiores cientistas de todos os tempos.

A INVISIBILIZAÇÃO COMPARADA: EUROPA E BRASIL

A pesquisa comparativa aqui proposta revela que, tanto na Europa quanto no Brasil, a representatividade nas esferas de poder, cultura e história é majoritariamente branca, masculina e heteronormativa. Esse padrão de representação, que consolida a história contada a partir do centro, reflete a persistência da estrutura patriarcal em ambos os contextos.

A literatura indica que as minorias sociais são tratadas de forma equidistante nas duas realidades, sugerindo que o mecanismo de apagamento é transnacional e estruturalmente ligado à lógica colonial e capitalista. Contudo, a análise sugere um ligeiro avanço para o Brasil – o que pode ser atribuído a uma maior e mais recente pressão social e movimentos de resistência mais explícitos e radicalizados por parte de grupos marginalizados, notadamente os movimentos negros, indígenas e LGBTQIAP+, que forçam a inclusão de narrativas contra-hegemônicas em esferas públicas e acadêmicas.

Este mecanismo comparativo de apagamento patriarcal, que trata a mulher como “propriedade do homem”, é analisado por Marques et al. (2022) na esfera audiovisual contemporânea. O estudo contrasta as estruturas patriarcais de Los Angeles (na série Hollywood) com as do Rio de Janeiro dos anos 1950/60 (Coisa Mais Linda). Em ambas as representações, a mulher é subjugada. No contexto brasileiro (Coisa Mais Linda), o “apagamento” é levado à sua consequência mais brutal: a personagem Lígia, que desafia o controle do marido para ser cantora, sofre a “violência simbólica e morte social” e, por fim, o feminicídio.

O feminicídio retratado em Coisa Mais Linda pelos personagens Augusto e Lígia é o ponto culminante de um rastro de violência física e simbólica contra a mulher no Brasil. Dentre surras e estupros, a violência simbólica e morte social é bas-

tante presente quando Augusto (pré-candidato à prefeitura do Rio de Janeiro) refuta a possibilidade de Lígia se tornar uma cantora. A alma de Lígia extrapola o físico e mostra com uma cadência exuberante o quanto a música é o mundo dela. Lígia é uma estrela que deve pertencer ao mundo, jamais a um homem. E é por isso que Augusto lhe toma a vida, com um tiro no peito. No julgamento de Augusto, a imagem da mulher (e das mulheres, é destroçada) e o réu é condenado a 4 anos de prisão, mas com todos os seus antecedentes: homem, branco, de família, réu primário, contribuem para que o juiz lhe conceda o cumprimento da pena em liberdade. Quem, de fato, recebeu a punição? (Marques et al., 2022, p. 3)

O sistema patriarcal então se auto-absolve no julgamento, quando o assassino, um “homem, branco, de família, réu primário”, tem sua pena cumprida em liberdade. Isso espelha o apagamento histórico de Maria Isabel de Bragança: nos dois casos, o patriarcado utiliza seu poder - seja pela violência física ou pela reescrita da história - para aniquilar a autoria e a agência feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado, a invisibilização e o apagamento da mulher na escrita da história constituem um ciclo de violência epistêmica que define a modernidade ocidental. A docência de Beauvoir e a desconstrução de Butler fornecem as ferramentas para decifrar esse mecanismo: o patriarcado não apenas domina, mas também aniquila a agência e o mérito dos corpos que classifica como abjetos.

O caso histórico da Princesa Maria Isabel de Bragança, que teve sua autoria na fundação do Museu do Prado apagada em favor da figura masculina do rei, é a metonímia perfeita da historiografia patriarcal. A manutenção dessa narrativa serve ao propósito maior de reforçar que o poder e o mérito pertencem exclusivamente ao macho heterossexual.

Apesar de diferenças regionais, a representatividade no Brasil e na Europa ainda reflete a hegemonia branca e masculina, um indicativo de que a luta pela justiça histórica e representacional está longe do fim.

O compromisso da pesquisa e da teoria deve ser o de tornar visíveis os “corpos abjetos” e reescrever a História, reconhecendo as contribuições de mulheres, LGBTQIAP+, negros, indígenas e todos os invisibilizados pela lógica do sucesso patriarcal.

A história, tal como foi escrita, serviu como um poderoso instrumento de dominação patriarcal e colonial. Os casos de Rosalind Franklin, Mileva Marić, Dandara, Tereza de Benguela e Maria Firmina dos Reis, entre tantos outros casos, comprovam que a invisibilidade não é acidental, mas sim uma estratégia deliberada para consolidar o protagonismo branco e masculino.

O compromisso com uma historiografia decolonial e feminista é crucial para desenterrar essas memórias silenciadas e assegurar que as contribuições das mulheres e das minorias sociais sejam devidamente reconhecidas.

É preciso que a história seja reescrita e que não tenha apenas uma versão – como a contada pelos vencedores – mas também o olhar dos vencidos deve ser considerado.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Trad. de Sérgio Millet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CURIE, E. Madame Curie. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GOMES, Flávio dos Santos. **Quilombos: a história e o presente**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1960.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

MARQUES, Walter Rodrigues. CARTOGRAFIAS DO CORPO TRANS NA CIDADE. **Revista da FUNDARTE**, [S. l.], v. 66, n. 66, p. e1638, 2025. DOI: 10.19179/rdf.v66i66.1638. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/Revista-daFundarte/article/view/1638>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MARQUES, Walter Rodrigues et al. A Netflix como ferramenta digital e audiovisual na abordagem de gênero, raça e racismo nas séries Hollywood e Coisa Mais Linda. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e51911325906, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i3.25906. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/25906>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MUSEO NACIONAL DEL PRADO. **La Guía del Prado**. 6. ed. rev. 2019. Madrid: Museo Nacional del Prado, 2019.

OSSITER, Margaret W. The Matthew Matilda Effect in Science. *Social Studies of Science*, v. 23, n. 2, p. 325-341, may, 1993.

POPOVIĆ, Milan (Org.). In *Albert's Shadow: the life and letters of Mileva Marić, Einstein's first wife*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Luís: Typografia Comercial, 1859.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEKUTOWICZ, Martha. Dandara: **A Heroína da Liberdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WATSON, James D. The double helix: a personal account of the discovery of the structure of DNA. New York: Atheneum, 1968.